

ROMPENDO BARREIRAS ATITUDINAIS: UM CAMINHO DE APROXIMAÇÃO COM O OUTRO “DIFERENTE”

MÁRCIA DORALINA ALVES*
CARMEN ROSANE SEGATTO E SOUZA**

O presente artigo trata de uma reflexão a respeito das barreiras atitudinais: um caminho de aproximação com o outro “diferente”. O estudo, de cunho bibliográfico, tem como objetivos apresentar e refletir sobre as barreiras atitudinais que impedem o acesso de muitos sujeitos, com necessidades especiais, de fazerem parte da sociedade como um todo, proporcionando, assim, um maior esclarecimento aos professores e demais profissionais envolvidos com o tema em questão. A sociedade, ao mesmo tempo em que produz normas para amenizar as deficiências/diferenças, estigmatiza os indivíduos ou grupos que não se enquadram nas normas sociais vigentes. Tais normas podem ser modificadas e percebe-se um grande desafio para que as limitações, impostas pelas múltiplas manifestações de deficiência, não sejam confundidas com impedimentos. Cabe a nós, professores, e demais profissionais transformarmos a concepção maniqueísta por meio da qual muitos sujeitos “diferentes” ainda são vistos, rompendo com barreiras físicas e atitudinais como a declarada e evidente rejeição à deficiência e ao deficiente ou, ainda, pelas manifestações de tolerância.

* Educadora Especial e Psicóloga.

** Pedagoga, Psicopedagoga, Mestre em Educação do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria (RS).

ROMPENDO BARREIRAS ATITUDINAIS: UM CAMINHO DE APROXIMAÇÃO
COM O OUTRO “DIFERENTE”

As constantes mudanças na área educacional e as evoluções tecnológicas exigem do atual sistema um repensar na formação do cidadão.

A sociedade inclusiva¹ não surgiu ao acaso. Ela é produto histórico de uma época e realidade educacional contemporâneas que exigem o abandono de nossos estereótipos² e preconceitos. Nesse sentido, hoje, diante da multiplicidade das diferenças humanas, é imprescindível que todas as instituições civis pensem na inclusão.

Em nossa realidade social encontram-se, diariamente, sentimentos de rejeição ao outro, ao diferente, impedindo-o de respeitar-se como pessoa, constatando-se uma grande dificuldade de aceitação desse indivíduo tanto no seio familiar quanto no social. Se partirmos do viés histórico para pensar a deficiência, veremos que os sujeitos deficientes são “construídos” historicamente pelo modo como eles são olhados.

Segundo Amaral (1994, p. 13):

Nas projeções otimistas são mais de treze milhões as pessoas portadoras de deficiência. Se acrescentarmos dois ou três elementos familiares teremos quase que um terço da população envolvida com a questão! Vemos portanto que, no aspecto quantitativo, a deficiência (seja física, mental, sensorial, orgânica ou múltipla) atinge proporções alarmantes no Brasil.

Nesse contexto, compreendemos que o presente estudo possui grande relevância para o meio pedagógico e comunidade em geral, pois trata de uma questão que envolve a todos nós. Com o intuito de refletir sobre as barreiras atitudinais, que impedem o acesso de sujeitos com necessidades especiais de fazerem parte da sociedade, optamos pela pesquisa bibliográfica, a qual, segundo Lakatos & Marconi (1992, p. 55),

(...) não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

¹ A semente do conceito de sociedade inclusiva foi lançada em 1981 pela ONU, quando realizou o Ano Internacional das pessoas deficientes. Entende-se por sociedade inclusiva a aceitação das diferenças individuais e a valorização da diversidade humana, em todos os sistemas sociais (UNESCO - Trad. Sasaki, 1997).

² O termo “estereótipo” vem da arte da impressão. Vem do termo grego “stereos” – sólido – e de “tupos” – marca. O estereótipo (no contexto aqui abordado) é a concretização/personificação do preconceito.

Diante dos dados, urge a necessidade de ações concretas no que diz respeito aos indivíduos com necessidades especiais. As discussões sobre o assunto desenvolvem-se somente no âmbito da academia, mas a ação é pouca ou quase nenhuma em relação às diferenças/deficiências. Os responsáveis pelo planejamento educacional geralmente trabalham de maneira intuitiva, desenvolvendo ações que não conduzem a uma inclusão social efetiva, mas a uma mera integração física, não atendendo às necessidades especiais como um todo.

O impacto que a inclusão tem causado no meio escolar, nas instituições especializadas e entre os pais de alunos com e sem deficiência, provocou o aparecimento de muitas dúvidas e vieses de compreensão, que estão retardando a implementação de ações em favor da abertura das escolas para todos os alunos. Nas atuais tendências educacionais, entendemos que a educação para todos é, também, a educação para cada um. Para tanto há que se valorizar as diferenças individuais, considerando-as em termos das necessidades básicas para a aprendizagem.

Defendemos o espaço dos indivíduos com necessidades educativas especiais, mas também entendemos que existem práticas cristalizadas que devem ser ressignificadas sob outro paradigma, o do sujeito.

Em virtude disso, fazemos os seguintes questionamentos: o que é preciso conhecer para que este assunto seja mais difundido e aprofundado? Quais as reais possibilidades de a inclusão acontecer? O que fazer para que as pesquisas, voltadas a essa temática, deixem de ser pesquisas de prateleiras?

Entendemos, hoje, que as necessidades educacionais especiais vão desde as mais elementares e transitórias até aquelas mais complexas e de caráter permanente. Independentemente da tipologia das necessidades e das diferenças individuais, cabe à escola eliminar as barreiras para a aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento integral dos alunos.

No tocante às barreiras para a aprendizagem, essas não se referem apenas às pessoas deficientes ou com distúrbios de aprendizagem, mas, sim, dependem do contexto onde são criadas, perpetuadas e, algumas vezes, eliminadas.

Argumenta Mrech (2002, p. 12) que:

O paradigma da inclusão reconhece em primeiro lugar a especificidade do sujeito e não a sua deficiência. Além disso, ele dá um passo a mais ao perceber que não se encontram no sujeito os rumos do seu processo de desenvolvimento, mas no contexto social em que ele é colocado.

ROMPENDO BARREIRAS ATITUDINAIS: UM CAMINHO DE APROXIMAÇÃO COM O OUTRO “DIFERENTE”

A sociedade, ao mesmo tempo em que produz normas para amenizar as deficiências/diferenças, faz a estigmatização para mostrar que aquele grupo não pertence às normas sociais vigentes. Podendo, estas normas, serem modificadas, pois elas são mutáveis, temos como consequência a perda da identidade. O medo diante do fracasso ou do sucesso em respeitar essas normas encontra-se ligado diretamente à integridade psicológica do indivíduo, integridade esta que reporta aos primórdios da civilização e, desde então, a discriminação do portador de deficiência tem sido uma constante. Houve sempre diferentes maneiras de rechaçá-lo, segregá-lo, enfim, de colocá-lo bem longe dos olhos daqueles que se consideram “normais”.

Vivemos um mundo que exige uma série de transformações da sociedade. Conforme Carvalho (2000), o desafio do milênio é conscientizar a sociedade de que as limitações impostas pelas múltiplas manifestações de deficiência não devem ser confundidas com impedimentos. Estes têm origem na própria sociedade, em suas normas e nos estereótipos que cria, prejudicando o desenvolvimento individual que depende das interações com os outros.

No que diz respeito ao convívio social, Amaral (1994) fala dos estigmas que envolvem a questão da deficiência, os quais são perpetuados pelas relações interpessoais. Temos aqui como elemento fundamental, matéria-prima das atitudes preconceituosas, o desconhecimento, relativo tanto ao fato em si quanto à emoção gerada ou às reações subseqüentes. Percebemos, assim, a responsabilidade ética que cabe à educação, ao apresentar-se como espaço privilegiado para quebrar a cadeia da falta de conhecimento sobre os diferentes aspectos da deficiência, levando a temática para dentro da escola.

O estereótipo em torno dos alunos com necessidades especiais é responsável pela construção do estigma a eles imputado. Simultaneamente, o estigma cria o estereótipo do estigmatizado, relação que pode ser levada ao infinito e às diferentes esferas sociais.

Como diz Goffman (1988), o estigma é a inabilitação para a aceitação social plena. Percebemos que o foco de desumanidade aplicada à pessoa com estigma segue todo um procedimento de discriminação e segregação. Vemos nas escolas, e não somente nelas, que há generalizações em torno do comportamento desse indivíduo, associando-se outros “atributos” a ele, e não somente aqueles supostamente visíveis. Quantos de nós, algum dia, não se referiram à pessoa com deficiência auditiva como tendo também uma deficiência mental? Nesse sentido, Goffman (1988, p. 14) afirma com propriedade: “Tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original”. Mais uma vez reiteramos a idéia de que o estigma se estabelece nas relações interpessoais. A “marca” inicial imputada ao sujeito

estigmatizado desdobra-se em inúmeras outras.

As formas como reagimos diante desse outro, o sujeito com necessidades especiais, remete-nos às nossas próprias imperfeições, às nossas falhas. Ao vermo-nos diante do outro deficiente, temos refletida, tal qual em um espelho, a nossa própria imagem. Poder falar disso e reconhecer nas nossas atitudes o caminho percorrido pelo preconceito e estereótipo com relação a essas pessoas, certamente é o jeito de começarmos a desatar os nós que envolvem tais manifestações psicossociais.

No entanto, os mecanismos de estigmatização são evidentes mesmo na escola que hoje se diz inclusiva, na qual a rejeição de alunos com necessidades especiais é notória e constitui-se como um dos grandes entraves para a inclusão educacional, em virtude dos mitos criados e perpetuados socialmente com relação à deficiência e também às barreiras atitudinais. Essas últimas nada mais são, segundo Aquino (1998, p.17), que

Anteparos interpostos nas relações entre duas pessoas, onde uma tem uma predisposição desfavorável à outra, por ser esta significativamente diferente, em especial quanto às condições preconizadas como ideais.

Desse modo, tais atitudes nada mais são do que preconceitos que formamos aprioristicamente e não se removem com determinações superiores. Dependem de reestruturações perceptivas e afetivo-emocionais que interfiram nas predisposições de cada um de nós com relação à alteridade, dispensando-se rótulos e examinando-se as relações entre as incapacidades das pessoas e as barreiras a elas interpostas pela conjuntura da sociedade em que vivemos.

Podemos afirmar que o preconceito faz parte de nosso comportamento cotidiano. Frequentemente defrontamo-nos com atitudes preconceituosas, seja em atos ou gestos, discursos e palavras. A vivência do preconceito pode ser notada pela prática da diferença, muito presente no cotidiano brasileiro e, por vezes, presente de forma dissimulada.

O desafio é, portanto, a remoção das barreiras atitudinais em face da diferença, para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários para o seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Cabe a nós, profissionais da educação e, acima de tudo, seres humanos, transformarmos a concepção maniqueísta sob a qual muitos deficientes ainda são vistos. Acreditamos que a intervenção no campo da deficiência não deveria pautar-se nas limitações desses sujeitos e, sim, nas potencialidades a serem desenvolvidas por eles.

ROMPENDO BARREIRAS ATITUDINAIS: UM CAMINHO DE APROXIMAÇÃO COM O OUTRO “DIFERENTE”

Acreditamos que para reconhecer e assumir a diversidade, o trabalho em equipe na escola mostra-se como da maior importância para a revisão de conceitos e das percepções que os professores têm em relação aos alunos “diferentes”. Fazem-se necessárias participações de pessoas especializadas para proferir palestras, seguidas de debates, ou para oferecer consultoria, visando à mudança de atitudes dos educadores diante da diferença.

Para concluir, é importante salientar que necessitamos deslocar o eixo do desvio à criação de oportunidades, ou seja, fugir da tendência de fazermos da deficiência a grande “patologia”. Precisamos, sim, voltarmos para o social em detrimento do individual, pois a patologização aprisiona aqueles que se colocam ou são colocados no desvio. Não podemos mais fazer uso da “política da avestruz”, como diz Amaral (1994), escondendo a cabeça no buraco diante dos obstáculos, o que em nada contribuirá para a compreensão da deficiência e dos estigmas que giram em torno da questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L. A. *Pensar a Diferença/Deficiência*. Brasília: Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

AQUINO, J. G. *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998.

CARVALHO, R. E. *A Nova LDB e a Educação Especial*. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. *Metodologia do trabalho científico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MRECH, L. M. *Educação inclusiva: realidade ou utopia?* Disponível em <<http://www.educacaoonline.pro.br>> Acesso em 30 out. 2002.

UNESCO. *The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education*. 7-10 junho 1994. Trad. Romeu Kazumi Sassaki, 1997.